



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as perspectivas e desafios do sistema interamericano de direitos humanos e o papel do Brasil.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- representante do Ministério das Relações Exteriores;
- representante do Ministério de Direitos Humanos;
- o Senhor Tomás Henríquez, Mestre em Estudos Jurídicos Internacionais com certificação em Direitos Humanos pela Universidade de Georgetown, Consultor sênior para a OEA e América Latina da Alliance Defending Freedom e Advogado para o sistema americano;
- a Senhora Juana Acosta, Doutora em Direito, Advogada para o sistema interamericano e Professora da Universidade La Sabana, na Colômbia;
- a Senhora Andrea Hoffman, Presidente do Instituto Isabel e Advogada;
- o Senhor Julio Costa, Mestre em Direitos Humanos pela Universidade de Navarra, Consultor Jurídico da Alliance Defending Freedom e Advogado para o sistema americano;
- a Senhora Aléxia Portugal, Mestre em Direito pela UFMG e Pesquisadora do Sistema Interamericano;



- o Senhor Thiago Vieira, Presidente do Instituto de Direito e Religião e Advogado;
- o Senhor Jean Regina, Vice-presidente do Instituto de Direito e Religião e Advogado;
- a Senhora Lidia de Jesus Castaldi, Professora de Direito Internacional;
- o Senhor Sebastian Schuff, Presidente do Global Center for Human Rights.

JUSTIFICAÇÃO

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos, composto pela Comissão e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, representa um dos principais mecanismos de proteção e promoção dos direitos humanos no continente americano. O Brasil, como signatário da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) desde 1992 e membro ativo da Organização dos Estados Americanos (OEA), tem papel central na conformação, fortalecimento e eficácia desse sistema.

A relevância do Brasil dentro do sistema se dá não apenas pelo seu peso político e demográfico no continente, mas também por sua capacidade institucional de influenciar o desenvolvimento do direito internacional dos direitos humanos na região. Como maior economia da América Latina e importante ator diplomático, o país exerce papel estratégico na consolidação de um sistema regional mais efetivo, legítimo e acessível. Entretanto, a atuação brasileira também enfrenta desafios significativos.

Esse contexto exige uma reflexão crítica e transparente sobre os limites e as possibilidades do país, bem como sobre o fortalecimento de canais institucionais de diálogo entre o sistema interamericano e os diversos atores nacionais, incluindo o Congresso Nacional, o Judiciário, o Executivo, a sociedade civil e a academia.



A realização desta audiência pública visa justamente fomentar esse debate qualificado e plural. Serão convidados representantes do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, além de pesquisadores acadêmicos, advogados especializados em litígios perante o sistema interamericano e representantes da sociedade civil atuantes junto à Organização dos Estados Americanos.

A Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal exerce papel essencial ao promover o diálogo entre os poderes públicos, a academia e a sociedade civil, contribuindo para a centralidade dos direitos humanos na atuação internacional do Brasil. Por tais razões, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, 12 de setembro de 2025.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
Líder do NOVO

